

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Sociedade anônima cuja criação é autorizada por ente federativo e que possui participação minoritária de capital privado em suas ações é uma

- A sociedade anônima de natureza empresarial, que não pode fazer parte da administração pública direta ou indireta.
- B autarquia, que faz parte da administração indireta.
- C empresa pública, que faz parte da administração indireta.
- D sociedade de economia mista, que faz parte da administração indireta.
- E entidade paraestatal, que não pode fazer parte da administração pública direta ou indireta.

QUESTÃO 22

Consideram-se entes da administração direta

- A as entidades vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- B as entidades da sociedade civil qualificadas como organização social.
- C as autarquias.
- D os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.
- E as fundações públicas.

QUESTÃO 23

Assinale a opção que apresenta espécie de ato administrativo vinculado quanto ao conteúdo.

- A circular
- B permissão
- C despacho
- D portaria
- E licença

QUESTÃO 24

Com relação à classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Configura ato simples aquele que necessariamente resulta da manifestação de órgão singular.
- B Configura ato composto aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- C Configura espécie de ato individual aquele que têm efeito prático imediato, como, por exemplo, as portarias administrativas.
- D Configura espécie de ato geral aquele que produz efeitos no caso concreto, como, por exemplo, o tombamento.
- E Configura ato complexo o decreto assinado pelo chefe do Executivo e referendado por ministro de Estado.

QUESTÃO 25

Larissa, servidora pública efetiva do TRE/TO, estava prestes a completar os requisitos para a aposentadoria por tempo de serviço quando sofreu um acidente, que resultou, após afastamento do serviço por razoável lapso de tempo, em aposentadoria por invalidez. Meses após a aposentadoria de Larissa, a administração recebeu laudo elaborado pela equipe médica oficial retificando o resultado que havia resultado na aposentadoria por invalidez da servidora, que foi, então, avaliada como apta para o trabalho, considerando as funções exercidas no cargo que ocupava.

Nessa situação hipotética, com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990, deverá ser declarada a

- A reversão, devendo Larissa retornar às atividades anteriormente exercidas.
- B readaptação, devendo Larissa retornar ao cargo que exercia anteriormente.
- C recondução, devendo Larissa retornar às atividades que exercia.
- D redistribuição, se o cargo anteriormente ocupado tiver deixado de existir.
- E reintegração, se ainda existir a mesma categoria.

QUESTÃO 26

No exercício de suas obrigações, a administração pública detém a prerrogativa de limitar o exercício de direitos individuais, desde que isto atenda ao interesse público. Essa prerrogativa

- A pode incluir medidas de coação direta como a aplicação de multa e a impossibilidade de licenciamento do veículo enquanto não forem pagas as multas de trânsito.
- B possui o condão de autoexecutoriedade, em todas as suas medidas.
- C pode contemplar o cumprimento de medidas de apreensão de mercadorias previstas em lei.
- D é claramente uma atuação de caráter discricionário, a exemplo da outorga de licença para dirigir veículos.
- E pode ser delegada às pessoas jurídicas de direito privado, desde que haja previsão legal e autorização expressa do ente delegante.

QUESTÃO 27

Uma empresa pública estadual desenvolve estudos e pesquisas e produz habitações populares a baixo custo. O ente federado ao qual essa empresa se vincula necessita complementar a construção dessas habitações por meio de iniciativa própria.

Nos termos da Lei n.º 8.666/1993, nessa situação, a licitação é

- A dispensável, desde que a empresa tenha sido criada anteriormente à vigência da Lei de Licitações e que o valor seja compatível com o valor de mercado.
- B inexigível, uma vez que envolve dois entes públicos.
- C dispensável, pois as entidades que integram a administração pública têm preferência no julgamento do certame em relação aos demais participantes.
- D obrigatória, dado o princípio da igualdade, pois se trata de empresa integrante da própria administração.
- E obrigatória, já que outras construtoras podem produzir tais habitações, tendo direito subjetivo à competição para o fornecimento.

QUESTÃO 28

No que se refere aos vícios de competência na administração pública, assinale a opção correta.

- A** A remoção de ofício de servidor caracteriza abuso de poder.
- B** Quando o vício de competência não pode ser convalidado, caracteriza-se hipótese de nulidade absoluta.
- C** A convalidação é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, operando efeitos posteriores.
- D** A usurpação de poder ocorre quando um servidor público exerce a função de outro servidor na mesma repartição.
- E** Ocorre desvio de poder quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência.

QUESTÃO 29

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/1993 sobre as sanções administrativas, a

- A** multa pode ser aplicada cumulativamente com a advertência, mas não com a suspensão temporária de participação em licitação.
- B** multa, aplicada após regular processo administrativo, não será descontada da garantia do respectivo contratado.
- C** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração não pode ultrapassar o prazo de três anos.
- D** declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública somente se aplica à entidade que der origem à sanção.
- E** declaração de idoneidade para licitar pode ser aplicada a profissional que tenha praticado ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação.

QUESTÃO 30

O pregão, modalidade de licitação regida pela Lei n.º 10.520/2002, é adotado no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a aquisição de bens e serviços comuns. Acerca do pregão, julgue os próximos itens.

- I O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.
- II No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares.
- III A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que possam limitar a competição, salvo quando houver motivação justificada.
- IV O prazo de validade das propostas será de trinta dias, se outro não estiver fixado em edital.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 31

Em determinado seminário sobre os rumos jurídicos e políticos do Oriente Médio, dois professores debateram intensamente sobre a atual situação política da Síria. Hugo, professor de relações internacionais, defendeu que o Brasil deveria realizar uma intervenção militar com fins humanitários. José, professor de direito constitucional, argumentou que essa ação não seria possível conforme os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Nessa situação hipotética, com base na Constituição Federal de 1988 (CF),

- A** Hugo está correto, pois a intervenção humanitária é um dos princípios constitucionais que rege as relações internacionais do Brasil.
- B** José está correto, pois a não intervenção e a solução pacífica dos conflitos são princípios constitucionais que orientam as relações internacionais do Brasil.
- C** Hugo está errado, pois a defesa da paz e dos direitos humanos não são princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil.
- D** Hugo está correto, pois a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos constitucionais do estado brasileiro e uma das causas que autorizam a intervenção militar do Brasil em outros Estados soberanos.
- E** José está errado, pois a declaração de guerra é ato político discricionário e unilateral do presidente da República, não estando sujeito a limites jurídicos.

QUESTÃO 32

De acordo com a CF, compete à Advocacia-Geral da União

- A** defender a validade de lei federal no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.
- B** realizar atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- C** executar a dívida ativa dos entes federativos.
- D** ingressar, em nome próprio, com ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal no STF.
- E** conceder anistia se houver delegação de competência do presidente da República ao advogado-geral da União.

QUESTÃO 33

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, de acordo com a CF.

- I O direito à liberdade de reunião é garantido pela CF, desde que exercido de forma pacífica, sem armas, em locais abertos ao público e mediante prévia autorização do poder público.
- II As atividades das associações podem ser suspensas por decisão judicial, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado.
- III A pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, usufrui de impenhorabilidade no que se refere ao pagamento dos débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- IV O brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado, ainda que tenha cometido crime comum antes de ter adquirido a nacionalidade brasileira.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 34

O art. 5.º da CF estabelece que “não haverá juízo ou tribunal de exceção” (inciso XXXVII) e “ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente” (inciso LIII). Essas disposições constitucionais expressam o princípio

- A da independência judicial.
- B do contraditório.
- C do juiz natural.
- D do promotor natural.
- E da competência legal.

QUESTÃO 35

Jonas, servidor público federal, respondeu a processo administrativo disciplinar e, ao final, foi absolvido das acusações. No entanto, por um equívoco, no seu assentamento funcional passou a constar a informação de que ele havia sido condenado. Ao saber do erro, Jonas solicitou a retificação dos dados, mas o seu pedido foi indeferido.

Nessa situação hipotética, a ação cabível, de acordo com a CF, é

- A a ação direta de inconstitucionalidade.
- B a ação popular.
- C o *habeas corpus*.
- D o mandado de injunção.
- E o *habeas data*.

QUESTÃO 36

De acordo com a CF, os partidos políticos

- A podem ter caráter regional ou estadual.
- B têm autonomia para definir o regime de suas coligações eleitorais, não sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas nacionais, estaduais e municipais.
- C adquirem personalidade jurídica somente após o registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- D têm direito a recursos do fundo partidário e acesso pago à televisão.
- E podem constituir e utilizar organizações paramilitares, desde que para fins eleitorais.

QUESTÃO 37

Determinado deputado estadual apresentou projeto de lei com o objetivo de estabelecer regras relativas ao domicílio eleitoral nas eleições para governador a serem realizadas no próximo ano. Após o respectivo processo legislativo, a lei foi devidamente promulgada pelo chefe do Poder Executivo estadual.

De acordo com as normas da CF, a referida lei deve ser considerada

- A constitucional, pois é da competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios organizar as respectivas eleições.
- B constitucional, pois compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral.
- C inconstitucional, pois as leis relativas a direito eleitoral são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- D constitucional, pois observou o princípio da anterioridade eleitoral.
- E inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito eleitoral.

QUESTÃO 38

Das decisões dos tribunais regionais eleitorais

- A caberá recurso em caso de declaração de inconstitucionalidade realizada em ação direta de inconstitucionalidade.
- B não caberá recurso, uma vez que o TRE é tribunal de única instância.
- C caberá recurso caso decretem a perda de mandatos eletivos estaduais.
- D não caberá recurso no caso de divergência na interpretação de lei entre dois tribunais eleitorais.
- E não caberá recurso, exceto no caso da discussão sobre inelegibilidade.

QUESTÃO 39

De acordo com a CF, o sistema proporcional é utilizado para eleger

- A deputados federais.
- B presidente da República.
- C senadores.
- D governadores.
- E prefeitos.

QUESTÃO 40

De acordo com o art. 97 da CF, “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público”. Essa regra, que é aplicável ao controle de constitucionalidade realizado no âmbito dos tribunais, denomina-se

- A cláusula de reserva de plenário.
- B quórum de inconstitucionalidade.
- C princípio da presunção de constitucionalidade das leis.
- D controle difuso de constitucionalidade.
- E princípio da maioria absoluta.

QUESTÃO 41

O Código Eleitoral prevê exceção ao alistamento eleitoral obrigatório no Brasil aos cidadãos

- A** servidores públicos civis.
- B** enfermos.
- C** que se encontrem fora do país.
- D** maiores de sessenta e cinco anos de idade.
- E** que sejam militares na reserva.

QUESTÃO 42

Determinado partido político regularmente constituído, com representatividade em município, instituiu uma fundação regida pela lei civil para fomentar pesquisas relacionadas à educação política. A presidência dessa fundação é escolhida e exercida por um de seus filiados.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso deseje desfiliar-se do partido, o presidente deverá, primeiramente, desligar-se da fundação.
- B** O processo eleitoral para a escolha do presidente da fundação depende de aprovação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- C** O referido partido político tem caráter nacional.
- D** Anualmente, a fundação deve enviar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a relação de todos os seus filiados e não filiados.
- E** Pode ser eleito presidente da fundação indivíduo que estiver com seus direitos políticos suspensos.

QUESTÃO 43

Pedro, o candidato com a maioria expressiva dos votos válidos nas eleições para governador de determinado estado, faleceu antes da realização do segundo turno. Havia mais três candidatos ao pleito eleitoral, José — o segundo mais votado —, Lucas e João — que estavam empatados na terceira posição.

Nessa situação hipotética,

- A** o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá determinar novas eleições.
- B** o critério de idade será utilizado como desempate entre Lucas e João para a disputa do segundo turno.
- C** o pleito seguirá com o vice do candidato falecido.
- D** os candidatos Lucas e João deverão disputar em coligação contra José.
- E** o candidato José será considerado vencedor.

QUESTÃO 44

No primeiro dia útil do mês que antecedeu as eleições que ocorreram, em primeiro turno, no primeiro domingo de outubro de determinado ano, um adolescente de dezesseis anos de idade dirigiu-se ao cartório eleitoral com o intuito de efetivar seu alistamento. O atendente requereu documento que comprovasse sua nacionalidade, solicitação que foi atendida a contento.

Do texto precedente infere-se que

- A** o pedido de alistamento foi tempestivo.
- B** o atendente era juiz eleitoral.
- C** o adolescente apresentou como documento o certificado de quitação do serviço militar.
- D** o alistando era indígena.
- E** o adolescente alistou-se para eleição de senadores, deputados e vereadores.

QUESTÃO 45

O registro de candidatura de determinado prefeito eleito em primeiro turno havia sido impugnado perante a justiça eleitoral. Passados dezoito meses depois de o prefeito ter sido investido no cargo, o registro foi declarado indeferido, com trânsito em julgado da sentença.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O presidente da câmara de vereadores deverá assumir interinamente o cargo de prefeito.
- B** A coligação partidária ou o partido que elegeu o prefeito suportará os ônus em caso de novas eleições.
- C** O procurador regional poderá adotar providências para garantir a realização de novas eleições diretas no caso de inércia do tribunal regional.
- D** O TSE detém competência exclusiva para decidir sobre a ocorrência e a forma das novas eleições.
- E** A ocorrência de novas eleições depende do número de votos anulados.

QUESTÃO 46

O cancelamento de título eleitoral será promovido no caso de o cidadão

- A** completar setenta anos de idade.
- B** registrar a sua candidatura a qualquer cargo.
- C** perder seus direitos políticos.
- D** deixar de exercer seu direito ao voto por dois pleitos seguidos.
- E** ter pluralidade de domicílios eleitorais.

QUESTÃO 47

A principal função da justiça eleitoral é garantir

- A** o respeito à soberania popular e à cidadania.
- B** a classificação das informações de ordem estatal.
- C** a auditoria das contas públicas.
- D** o cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- E** a guarda da Constituição Federal.

QUESTÃO 48

De acordo com o Código Eleitoral, são órgãos integrantes da justiça eleitoral

- A** os juízes eleitorais e os delegados partidários.
- B** as juntas eleitorais e os delegados partidários.
- C** o TSE e os delegados partidários.
- D** o TSE e os tribunais regionais federais.
- E** os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.

QUESTÃO 49

Os partidos políticos

- A** são pessoas jurídicas de direito privado.
- B** dependem de autorização do Congresso Nacional para estruturar seu funcionamento.
- C** podem ministrar instrução militar ou paramilitar.
- D** adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto social no TSE.
- E** devem submeter sua estrutura interna para aprovação do TSE.

QUESTÃO 50

Para o deferimento de requerimento de transferência de domicílio eleitoral, exige-se

- A exercício de função pública.
- B produção de relatórios qualitativos de requerimentos anteriores.
- C prova de nacionalidade brasileira.
- D alcance da maioridade civil.
- E prova de quitação com a justiça eleitoral.

QUESTÃO 51

A estruturação organizacional baseada nos produtos que a organização oferece ao mercado denomina-se

- A departamentalização funcional.
- B organização horizontalizada.
- C departamentalização por produtos.
- D departamentalização por projetos.
- E organização matricial.

QUESTÃO 52

Uma organização na qual a autoridade decisória localiza-se próxima aos níveis gerenciais mais elevados e onde há um grande número de funcionários subordinados a um só supervisor caracteriza-se como uma organização

- A centralizada e de baixa amplitude.
- B centralizada e de alta amplitude.
- C hierarquizada e de baixa amplitude.
- D descentralizada e de alta amplitude.
- E descentralizada e de baixa amplitude.

QUESTÃO 53

A cultura de uma organização é expressa em níveis distintos e suas manifestações podem ser visíveis ou explícitas, ou invisíveis ou tácitas. São exemplos de artefatos de comunicação organizacional visíveis

- A crenças e símbolos.
- B símbolos e *slogans*.
- C *slogans* e valores organizacionais.
- D código de vestimenta e crenças.
- E cerimônias organizacionais e valores organizacionais.

QUESTÃO 54

Os componentes da cultura organizacional que englobam as crenças e os princípios que orientam as decisões estratégicas da organização são definidos como

- A símbolos.
- B missão.
- C *slogan*.
- D marca.
- E valores.

QUESTÃO 55

O modelo de administração pública no qual não há distinção na forma de gerenciar bens públicos e privados denomina-se

- A neoliberal.
- B de bem-estar social.
- C gerencialista.
- D patrimonialista.
- E burocrático.

QUESTÃO 56

O processo de burocratização que instituiu um modelo de gestão pública pautado no uso do poder racional-legal e na incorporação da racionalidade técnica e do profissionalismo ocorreu no governo de

- A Getúlio Vargas.
- B Juscelino Kubitschek.
- C Fernando Henrique Cardoso.
- D Luís Inácio Lula da Silva.
- E Eurico Gaspar Dutra.

QUESTÃO 57

O modelo de administração que admite o cidadão como cliente dos serviços do Estado denomina-se

- A nova governança pública.
- B patrimonialista.
- C burocrático.
- D estado de bem-estar social.
- E administração pública gerencial.

QUESTÃO 58

A partir da instituição do Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995, a gestão por resultados foi incorporada à administração pública com o objetivo de tornar a gestão pública

- A mais descentralizada e com gestores com maior autonomia e maior nível de responsabilidade individual.
- B mais descentralizada, mas com gestores com menor autonomia e maior nível de responsabilidade individual.
- C mais descentralizada, mas com gestores com menor autonomia e menor nível de responsabilidade individual.
- D menos descentralizada e com gestores com maior autonomia e maior nível de responsabilidade individual.
- E menos descentralizada e com gestores com menor autonomia e menor nível de responsabilidade individual.

QUESTÃO 59

A respeito das tendências relativas ao futuro da gestão de pessoas nas organizações, assinale a opção correta.

- A O setor primário (agronegócios) deve retrair em relação ao setor de serviços, o que exigirá contratação de profissionais com maior capacitação técnica e, portanto, os custos relacionados a treinamento devem se elevar.
- B O setor industrial deve se expandir em relação ao setor de serviços, o que exigirá contratação de profissionais com menor capacitação técnica e, portanto, os custos relacionados a treinamento devem reduzir.
- C O setor de serviços deve se expandir em relação ao setor industrial, o que exigirá contratação de profissionais com menor capacitação técnica e, portanto, os custos relacionados a treinamento devem reduzir.
- D O setor de serviços deve se expandir em relação ao setor industrial, o que exigirá contratação de profissionais com maior capacitação técnica e, portanto, os custos relacionados a treinamento devem se elevar.
- E O setor primário (agronegócios) deve se expandir em relação ao setor de serviços, o que exigirá contratação de profissionais com menor capacitação técnica e, portanto, os custos relacionados a treinamento devem reduzir.

QUESTÃO 60

Os conhecimentos integrados que as organizações utilizam para se diferenciar de seus concorrentes no mercado bem como para gerar valor para o cliente ou cidadão denominam-se

- A** habilidades.
- B** competências.
- C** atitudes.
- D** conhecimentos organizacionais.
- E** capacidades dinâmicas.

Espaço livre